

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 685/2025

CONTRATANTE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, inscrito no CNPJ sob n.º 00.136.858/0001-88, cidade de Pato Branco/PR, neste ato representada pelo Presidente, Sr. Vilmar Schmoller.

CONTRATADA: PB INSTALACOES E MANUTENCOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida Rua Alexandra Portela, nº 160, Bairro: Planalto, Pato Branco/PR, CEP: 85.509-196, sob CPNJ nº 60.726.704/0001-78, neste ato representada por seu representante legal Ani Evelin Trindade CPF nº ***.336.***-**.

Pelo presente instrumento, oriundo do Processo nº 291/2025, Inexigibilidade de Licitação n.º 252/2025 homologado em 24/10/2025, devidamente justificada pelo Edital de CREDENCIAMENTO n.º 005/2024, realizado pelo CONIMS, órgão gerenciador e em conformidade com as resoluções do CONIMS, nº 060/2023, nº 107/2023, nº 233/2023 e 019/2024 e Ato de Consórcio nº 068/2024 e nº 069/2024 do disposto na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 que trata sobre Licitações e Contratos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, neste ato representado por seus representantes legais ao final subscritos, tem entre si justo e avençado o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para executar Serviços de Manutenção Elétrica e Manutenção Hidráulica.

CLÁUSULA SEGUNDA - TIPO DE SERVIÇO, QUANTIDADE E VALOR

2.1. A quantidade e valor do contrato estão definidos na tabela abaixo:

N.º DO ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QDADE	VALOR UNIT.	TOTAL
28	72021554135	Serviços de Manutenção Elétrica.	HORA	500	R\$105,17	R\$52.585,00
29	72021554136	Serviços de Manutenção Hidráulica.	HORA	50	R\$105,17	R\$5.258,50
32	72021554139	Taxa de Deslocamento Valor pré-fixado	KM	5.000	R\$1,60	R\$8.000,00
VALOR TOTAL – R\$65.843,50						

CLÁUSULA TERCEIRA- FORMA DE SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A contratação dos serviços com a contratada será formalizada por esta entidade por intermédio da emissão de Solicitação de Serviços, as quais somente deverão ser aceitas pelos prestadores se estiverem devidamente assinadas pelo responsável do Setor requisitante do CONIMS.

CLÁUSULA QUARTA - LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. Os locais para execução dos serviços solicitados serão CONIMS situado na Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Setor de Compras/Almoxarifado/ CAF/Farmácia situado Rua Caramuru, n.º 1275, Trevo da Guarani, CAPS ADIII situado Rua Major Estevão Ribeiro Do Nascimento, nº 178 – Centro, Coronel Vivida/PR e CRE Chopinzinho situado Rua Cel. San Tiago Dantas, 4826, Centro, Chopinzinho/PR.

4.2. Os serviços serão executados de acordo com o disposto na cláusula quarta do Termo de Credenciamento n.º 005/2024, do referido prestador retificada na cláusula 2ª da 3ª alteração no edital:

4.3. Para os serviços de manutenção elétrica de pequenas instalações elétricas e de processamento de dados, que não configurem construção, reforma ou ampliação

4.3.1. Os serviços englobam:

COMPLEXIDADE BAIXA (dispensa CREA/CRT)

4.3.1.1. Troca de lâmpadas, espelhos, interruptores, chuveiros, soquetes e reatores.

4.3.1.2. Substituição de luminárias;

4.3.1.3. Readaptação de luminárias com reatores para lâmpadas de LED

4.3.1.4. Conserto, instalação, substituição de tomadas elétricas, telefônicas e extensões compreendendo a instalação aparente de canaletas ou eletrod

4.3.1.5. utos;

4.3.1.6. Instalação de cabos lógicos, compreendendo a passagem de cabos de pequena monta e canaletas;

4.4. Para os serviços de manutenção hidráulica trata-se de serviços que não configuram construção, reforma ou ampliação.

4.4.1. Os serviços englobam:

COMPLEXIDADE BAIXA (dispensa CREA/CRT)

4.4.1.1. Conserto ou troca de dispositivos de descarga das caixas acopladas de vasos sanitários ou válvulas de descarga, pias e lavatórios;

4.4.1.2. Desentupimento de tubulação;

4.4.1.3. Conserto ou troca de vedantes de torneiras;

4.4.1.4. Conserto ou troca de registros de fechamento de água;

4.4.1.5. Conserto ou troca de boia ou sensores de nível de água dos reservatórios d'água;

4.4.1.6. Conserto ou troca de conexões hidráulicas em geral;

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. Conforme estabelecido no Edital de Credenciamento n.º 005/2024 do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, o prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contatos a partir de 28/10/2025, não podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA SEXTA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A execução dos serviços contratados será fielmente cumprida pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital de Credenciamento n.º 005/2024 do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, seus anexos e conforme o Termo de Credenciamento assinado entre CONIMS e o prestador credenciado, e, ainda de acordo com as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) de contrato, e gestor do contrato, ou pelos respectivos substitutos de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.3. Fica designando como fiscal do contrato a Sr. MATHEUS CAMINI FRARE potador do CPF ***.156.***-**.

6.4. Fica designando como gestor do contrato a Sra. ELAINE RAQUEL MANCINI potadora do CPF ***.855.***-**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta das dotações orçamentárias:

01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.30.00.00.00.00 - Fontes 000 e 076

01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00.00.00 - Fontes 000 e 076

03.001.10.302.0002.003.3.3.90.30.00.00.00.00 – Fonte 076

03.001.10.302.0002.003.3.3.90.39.00.00.00.00 – Fonte 076

CLÁUSULA OITAVA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL, VENCIMENTO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pelo CONIMS via crédito bancário na conta corrente de titularidade da Pessoa Jurídica declarada pelo prestador credenciado em até 10 (dez) dias úteis após a conclusão dos serviços executados e também do recebimento da Nota Fiscal.

8.2. O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

8.3. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços executados conforme valores definidos neste edital.

8.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida no mesmo CNPJ o qual foi habilitado para o credenciamento, não sendo aceito de matriz quando filial e vice-versa.

8.5. Na Nota Fiscal deverá constar os itens em conformidade com termo de referência e mencionar a quantidade executada, se por hora, por serviço, além de informar o número do processo, a modalidade da licitação, número do contrato e solicitação de fornecimento e/ou empenho, sendo obrigatória a retenção do IRRF ou declaração de isenção na forma da IN RFB 1234/2012 – Anexo I e regulamentações do CONIMS e de cada ente federado consorciado solicitante.

8.6. A Nota Fiscal deve ser encaminhada ao e-mail do SETOR DE MANUTENÇÃO, manutencao@conims.gov.pr.br. no ato de sua emissão.

8.7. Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou se constatados de erros na execução dos serviços, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que o prestador credenciado providencie as medidas saneadoras.

8.8. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.9. Em caso de Processo Administrativo, o Ente participante/CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

8.10. O prestador registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Caso constatada a ausência de emissão de alguma destas, o prestador será notificado para regularização, caso não seja solucionado, serão tomadas as medidas cabíveis.

CLÁUSULA NONA– VALOR, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

9.1. A remuneração dos serviços será de acordo com o quadro de valores constantes no Edital de Credenciamento n.º 005/2024 do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste contrato, de acordo com o Edital de Credenciamento n.º 005/2024 e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 10.2.** Executar diretamente o contrato na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.
- 10.3.** Responsabilizar-se pela execução dos serviços dentro dos prazos previstos e padrões de qualidade e quantidades exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.
- 10.4.** Providenciar a imediata correção das divergências apontadas por este município quanto à execução do contrato.
- 10.5.** Comunicar imediatamente ao CONIMS solicitante toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato.
- 10.6.** A contratada é responsável por danos causados a este órgão contratante, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão ou responsável do CONIMS.
- 10.7.** Levar imediatamente, ao conhecimento do Fiscal de contrato, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto, para adoção das medidas cabíveis.
- 10.8.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 10.9.** Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e demais despesas diretas ou indireta resultantes deste contrato.
- 10.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONIMS.
- 10.11.** Comunicar ao CONIMS, as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1.** Efetuar o pagamento a contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato.
- 11.2.** Comunicar a contratada qualquer irregularidade constatada na execução do contrato, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas.
- 11.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;
- 11.4.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato.

11.5. Prestar a contratada todas as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas.

11.6. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas na proposta;

11.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As infrações e sanções administrativas seguirão o disposto na cláusula décima do Termo de Credenciamento n.º 001/2024, oriundo do Edital 005/2024 do CONIMS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO/EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos seguintes motivos, assegurados o contraditório

e a ampla defesa:

14.3.1. Por iniciativa da contratante:

14.3.1.1. Sem a necessidade de prazo de antecedência, mediante comunicação escrita, assegurando o contraditório e ampla defesa, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se a Contratada:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou dissolução da sociedade;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

14.3.2. Por iniciativa do Contratado:

14.3.2.1. A qualquer tempo, em pedido de descredenciamento voluntário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, em caso fortuito e força maior que impossibilite, de forma absoluta, o seu atendimento:

- a) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita do município, por prazo superior a 3 (três) meses e para o qual o Contratado não tenha dado causa;
- b) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, para as quais o Contratado não tenha dado causa;
- c) atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo município contratante.

14.3.3. Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do representante do município contratante e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – AÇÕES JUDICIAIS

15.1. Qualquer ação judicial contra a Contratante oriunda de serviços prestados pela Contratada, ou mesmo que venha a Contratante compor a lide, será de exclusiva responsabilidade da Contratada, a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo à Contratante todo e qualquer valor que for obrigada a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco, estado do Paraná.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco, 27 de outubro de 2025.

ANI EVELIN TRINDADE
RESPONSÁVEL DA CONTRATADA

VILMAR SCHMOLLER
RESPONSÁVEL DA CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

JEAN RICARDO DORSI
CPF ***.042.***-**

SANDRA FIM
CPF ***.809.***-**